

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO – TJMA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2024



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO – ANALISTA DE SISTEMAS – SUPORTE E REDE

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Orfeu no Judiciário moderno: eficiência, ética e humanidade na era da Inteligência Artificial

Orfeu, filho da musa Calíope e do rei Eagro da Trácia, é uma das figuras mais cativantes da mitologia grega. Dotado de um talento musical inigualável, sua lira tinha o poder de comover não apenas os seres humanos e os animais, mas também os objetos inanimados e as divindades. A história mais conhecida de Orfeu é a de seu amor incondicional por Eurídice. Após a morte prematura de sua amada, Orfeu desceu ao Hades, o reino dos mortos, com a esperança de trazê-la de volta ao mundo dos vivos. Encantando o próprio Hades e Perséfone com sua música, ele recebeu permissão para levar Eurídice de volta, sob a condição de que não olhasse para ela até que alcançassem a luz do dia. Infelizmente, tomado pela dúvida, Orfeu olhou para trás momentos antes de saírem da escuridão, perdendo Eurídice para sempre.

Esta história, rica em simbolismo e emoção, nos fala de amor, perda e as consequências de nossas ações, temas eternos que ressoam até hoje. Ao explorar a adaptação deste mito para discutir os riscos e potenciais da inteligência artificial no judiciário, invocamos a mesma profundidade de sensibilidade humana e ética que define a jornada de Orfeu. O mito, longe de ser uma mera alegoria, nos instiga a refletir sobre o equilíbrio necessário entre os avanços tecnológicos e a essência imutável da condição humana, especialmente no que diz respeito à justiça e à moralidade.

A Inteligência Artificial (IA) emergiu como um farol de inovação no horizonte tecnológico, prometendo transformações profundas em diversos setores, inclusive no judiciário. Esta promessa abrange desde a otimização dos processos judiciais até a tomada de decisões mais ágeis e fundamentadas. Contudo, sua adoção traz consigo um conjunto de reflexões éticas e desafios regulatórios significativos.

No núcleo dessa transformação, a IA oferece ao judiciário a possibilidade de processar volumes massivos de dados com uma precisão e velocidade inatingíveis pelo esforço humano isolado. Exemplos práticos disso incluem a triagem automática de processos, análise de precedentes judiciais, e até mesmo na predição de resultados judiciais com base em dados históricos. Essas aplicações não apenas economizam tempo valioso mas também promovem uma uniformidade nas decisões judiciais, potencializando a justiça e a previsibilidade legal.

Um exemplo emblemático dessa maximização de resultados é o uso de sistemas de IA para a análise preditiva em cortes dos Estados Unidos e da Europa, onde a tecnologia tem sido empregada para avaliar a probabilidade de reincidência criminal, auxiliando na determinação de sentenças e medidas cautelares. Da mesma forma, a digitalização e a análise de grandes conjuntos de dados judiciais permitem identificar padrões e tendências, facilitando a gestão de recursos e a priorização de casos.

Entretanto, o entusiasmo pela eficiência não deve obscurecer os riscos inerentes à implementação da IA no sistema judiciário. Questões cruciais incluem o risco de viés algorítmico, onde preconceitos existentes nos dados de treinamento podem levar a decisões judiciais discriminatórias, reforçando desigualdades. Além disso, a opacidade de certos algoritmos pode desafiar princípios de transparência e *accountability*, fundamentais em um estado de direito.

Para navegar neste cenário complexo, é essencial que o desenvolvimento e a implementação de tecnologias de IA no judiciário sejam guiados por princípios éticos robustos e regulamentações claras. A IA deve ser desenhada de maneira antropocêntrica, assegurando que suas decisões sejam explicáveis, justas, e que possam ser revisadas por humanos. Além disso, é imperativo garantir a proteção de dados e a privacidade dos indivíduos, salvaguardando os direitos e liberdades fundamentais.

Em síntese, a inteligência artificial detém o potencial de revolucionar o judiciário, promovendo eficiência e justiça. No entanto, para que sua implementação seja bem-sucedida e eticamente responsável, é crucial uma abordagem cuidadosa, que equilibre inovação com respeito aos princípios democráticos e direitos humanos. A era da IA no judiciário não é uma questão de se, mas de como, requerendo uma reflexão contínua e uma adaptação regulatória proativa.

Na fronteira entre a revolução digital e a tradição jurídica, emerge uma questão fundamental: qual é o lugar da sensibilidade e da flexibilidade humanas na tomada de decisões judiciais? À medida que o judiciário começa a se aventurar pelo território da Inteligência Artificial (IA), a importância da capacidade humana de julgar se torna ainda mais pronunciada. Os dados podem oferecer *insights* valiosos, mas a justiça transcende a mera análise de informações.

O coração da justiça pulsa ao ritmo da compreensão humana, algo que nenhum algoritmo pode replicar. A capacidade de um juiz de perceber nuances, de se engajar em uma compreensão empática das circunstâncias de cada caso, e de aplicar a lei com um senso de equidade é insubstituível. Os dados, por mais abrangentes que sejam, permanecem frios e distantes da realidade humana complexa que cada processo judicial representa.

A verdadeira sabedoria judicial reside na habilidade de balancear a objetividade dos dados com a subjetividade da experiência humana. Os juízes são chamados a não se deixarem influenciar cegamente por previsões algorítmicas, mas sim a considerá-las como uma das muitas ferramentas à sua disposição. A intuição, a empatia e o discernimento humano devem guiar a interpretação dos dados, assegurando que as decisões judiciais reflitam a justiça em sua forma mais pura.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Conforme avançamos na era das máquinas, a necessidade de aprimorar nossas capacidades humanas se torna ainda mais evidente. Devemos cultivar e valorizar a capacidade de julgar com humanidade, reconhecendo que, em um mundo cada vez mais dominado pela tecnologia, a essência do ser humano é o que nos distingue. O desafio que se apresenta não é simplesmente o de integrar a IA no sistema judicial, mas sim o de fazê-lo de maneira que amplifique, e não substitua, a sensibilidade e a flexibilidade humanas.

Em suma, na confluência entre o progresso tecnológico e a prática jurídica, a humanidade deve permanecer no centro. Enquanto abraçamos as ferramentas que a IA nos oferece, devemos também aprofundar nosso compromisso com as qualidades que nos tornam humanos. No judiciário, isso significa honrar a complexidade da experiência humana, assegurando que a tecnologia sirva como um complemento à, e não um substituto para, a sabedoria e a sensibilidade humanas.

A adaptação do mito de Orfeu para discutir os riscos do mau uso da IA no judiciário pode se tornar uma narrativa poderosa, simbolizando a busca por justiça através da tecnologia, mas também os perigos de confiar cegamente nela.

No conto adaptado, Orfeu, um juiz renomado conhecido por sua sabedoria e justiça, enfrenta o desafio de seu tempo: a implementação da Inteligência Artificial no judiciário. Encantado com a promessa de eficiência e precisão sem precedentes, Orfeu torna-se um defensor fervoroso da IA acreditando que ela pode eliminar os erros humanos e trazer uma era de decisões judiciais infalíveis.

A IA, nesse contexto, é como a lira mágica de Orfeu, uma ferramenta de poder incomparável, capaz de “encantar” e influenciar todos que a ouvem – neste caso, produzindo resultados judiciais que são tecnicamente perfeitos. Porém, assim como na história original, há uma condição: Orfeu não deve “olhar para trás”, ou seja, não deve duvidar da infalibilidade da IA ou questionar profundamente suas decisões.

No clímax da história, Orfeu se depara com um caso complexo, em que a justiça técnica sugerida pela IA entra em conflito com sua intuição e compreensão humanas. Movido pela memória de sua antiga confiança na sabedoria humana, Orfeu decide “olhar para trás”. Ele questiona a decisão da IA, investigando mais profundamente e descobrindo que a solução sugerida pelo algoritmo falha em capturar a complexidade humana e a justiça verdadeira.

Essa revelação leva Orfeu a uma profunda reflexão sobre os riscos de depender inteiramente da IA no judiciário. Ele reconhece que, apesar de suas promessas, a tecnologia não pode substituir o discernimento humano, especialmente em questões de justiça, onde nuances e contextos importam tanto quanto fatos e leis.

A história termina com Orfeu defendendo um equilíbrio entre a tecnologia e a sabedoria humana. Ele advoga por um sistema judiciário onde a IA é usada como uma ferramenta para auxiliar, mas não para substituir o julgamento humano, destacando a importância da empatia, da ética e da compreensão profunda da condição humana na busca pela verdadeira justiça.

Assim, a adaptação moderna do conto de Orfeu oferece uma alegoria rica para os riscos do mau uso da IA no judiciário, lembrando-nos de que, na busca por justiça, a sabedoria humana é insubstituível e deve sempre guiar o uso da tecnologia.

Na jornada para integrar a Inteligência Artificial (IA) no judiciário, encontramos um paralelo profundo com o mito de Orfeu, especialmente na narrativa de sua morte às mãos das ménades. Este desfecho simboliza o eterno conflito entre o racional e o irracional, a ordem e o caos, refletindo a dualidade da condição humana que se manifesta no coração da justiça. Assim como Orfeu, que buscava harmonizar o mundo com sua música, nós buscamos na IA uma forma de trazer ordem e eficiência ao judiciário. No entanto, a história nos lembra da importância de equilibrar nossa fé na tecnologia com o reconhecimento de nossas próprias limitações e da complexidade inerente às questões de justiça.

O desfecho de Orfeu nos adverte sobre os perigos de uma dependência excessiva em sistemas que podem, inadvertidamente, encorajar o irracional ou o injusto, por meio de vieses e erros não intencionais. A busca por eficiência não pode nos cegar para a necessidade de manter a sensibilidade humana e a compreensão ética no coração do processo judicial. Deve haver um espaço para o questionamento, para a compaixão e para o discernimento que só a mente e o coração humanos podem oferecer.

Concluimos, portanto, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, mas não é um substituto para a sabedoria humana. Devemos aprender com o mito de Orfeu e buscar um equilíbrio, garantindo que a tecnologia nos sirva, em vez de nos dominar. Isso significa abraçar a IA como um complemento à justiça humana, não como seu substituto, e garantir que os sistemas de IA sejam desenvolvidos e utilizados com uma consciência profunda de suas limitações e impactos potenciais. Somente assim poderemos evitar o destino de Orfeu e caminhar em direção a um futuro onde a tecnologia e a humanidade coexistam em harmonia, promovendo uma justiça verdadeiramente justa e equitativa.

(Coriolano Aurélio de Almeida Camargo Santos. Em: maio de 2024.)

Questão 01

Pela leitura do texto, é correto afirmar que o autor:

- A) Considera ilegítimo o uso da inteligência artificial no auxílio de questões jurídicas.
- B) Promove o uso da inteligência artificial no meio jurídico inerente à percepção humana.
- C) Julga a inteligência artificial como aliada às decisões humanas; contudo, está sujeita a cometer erros propositais.
- D) Reconhece a eficiência da tecnologia a partir da inteligência artificial; no entanto, a sabedoria do ser humano deve prevalecer.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 02

Compreender os significados das palavras em determinados contextos é fundamental para o entendimento da mensagem. Assim, assinale a alternativa cuja palavra sublinhada apresenta o significado correto conforme o contexto empregado.

- A) “Em suma, na confluência entre o progresso tecnológico e a prática jurídica, a humanidade deve permanecer no centro.” (13º§) – divergência
- B) “Além disso, a opacidade de certos algoritmos pode desafiar princípios de transparência e accountability, fundamentais em um estado de direito.” (6º§) – transparência
- C) “Um exemplo emblemático dessa maximização de resultados é o uso de sistemas de IA para a análise preditiva em cortes dos Estados Unidos e da Europa, [...]” (5º§) – improvável
- D) “[...] é essencial que o desenvolvimento e a implementação de tecnologias de IA no judiciário sejam guiados por princípios éticos robustos e regulamentações claras.” (7º§) – consistentes

Questão 03

A coesão textual é responsável pela conexão entre as palavras de um texto. Um dos tipos de coesão é a sequencial que tem o intuito de articular as ideias expostas pelo autor. Assinale a alternativa cujo elemento coesivo sublinhado introduz uma informação que se OPÕE à anterior.

- A) “Essas aplicações não apenas economizam tempo valioso mas também promovem uma uniformidade nas decisões judiciais, potencializando a justiça e a previsibilidade legal.” (4º§)
- B) “Esta promessa abrange desde a otimização dos processos judiciais até a tomada de decisões mais ágeis e fundamentadas. Contudo, sua adoção traz consigo um conjunto de reflexões éticas e desafios regulatórios significativos.” (3º§)
- C) “Assim, a adaptação moderna do conto de Orfeu oferece uma alegoria rica para os riscos do mau uso da IA no judiciário, lembrando-nos de que, na busca por justiça, a sabedoria humana é insubstituível e deve sempre guiar o uso da tecnologia.” (21º§)
- D) “Questões cruciais incluem o risco de viés algorítmico, onde preconceitos existentes nos dados de treinamento podem levar a decisões judiciais discriminatórias, reforçando desigualdades. Além disso, a opacidade de certos algoritmos pode desafiar princípios de transparência e accountability, fundamentais em um estado de direito.” (6º§)

Questão 04

Tendo como base as regras quanto ao uso da vírgula, assinale a alternativa em que esse sinal de pontuação é facultativo.

- A) “No judiciário, isso significa honrar a complexidade da experiência humana [...]” (13º§)
- B) “Orfeu, filho da musa Calíope e do rei Eagro da Trácia, é uma das figuras mais cativantes da mitologia grega.” (1º§)
- C) “Entretanto, o entusiasmo pela eficiência não deve obscurecer os riscos inerentes à implementação da IA no sistema judiciário.” (6º§)
- D) “Ao explorar a adaptação deste mito para discutir os riscos e potenciais da inteligência artificial no judiciário, invocamos a mesma profundidade de sensibilidade humana e ética que define a jornada de Orfeu.” (2º§)

Questão 05

“Este desfecho simboliza o eterno conflito entre o racional e o irracional, a ordem e o caos, refletindo a dualidade da condição humana que se manifesta no coração da justiça. Assim como Orfeu, que buscava harmonizar o mundo com sua música, nós buscamos na IA uma forma de trazer ordem e eficiência ao judiciário.” (22º§) Assinale a alternativa que apresenta a classificação correta das orações sublinhadas.

- A) Oração subordinada adjetiva restritiva e oração subordinada adjetiva explicativa.
- B) Oração subordinada substantiva subjetiva e oração subordinada substantiva predicativa.
- C) Oração subordinada substantiva objetiva direta e oração subordinada adjetiva explicativa.
- D) Oração subordinada substantiva subjetiva e oração subordinada substantiva completiva nominal.

Questão 06

O acento grave indicativo de crase está corretamente empregado em “[...] a essência imutável da condição humana, especialmente no que diz respeito à justiça e à moralidade.” (2º§). Assinale a alternativa em que o uso do acento grave indicador de crase está INCORRETO.

- A) A audiência ocorrerá às dezoito horas.
- B) O escritório fica à direita da praça principal.
- C) O advogado dirigiu-se calmamente ao público e começou a falar.
- D) O juiz referiu-se àqueles que precisam ser instruídos quanto ao uso das novas tecnologias.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 07

Em relação aos verbos, os pronomes sublinhados a seguir estão enclíticos. Assinale a alternativa em que a justificativa para o uso da ênclise se DIFERE das demais.

- A) “Após a morte prematura de sua amada, Orfeu desceu ao Hades, o reino dos mortos, com a esperança de trazê-la de volta ao mundo dos vivos.” (1º§)
- B) “[...] Orfeu oferece uma alegoria rica para os riscos do mau uso da IA no judiciário, lembrando-nos de que, na busca por justiça, a sabedoria humana é insubstituível [...]” (20º§)
- C) “Os juízes são chamados a não se deixarem influenciar cegamente por previsões algorítmicas, mas sim a considerá-las como uma das muitas ferramentas à sua disposição.” (11º§)
- D) “O desafio que se apresenta não é simplesmente o de integrar a IA no sistema judicial, mas sim o de fazê-lo de maneira que amplifique, e não substitua, a sensibilidade e a flexibilidade humanas.” (12º§)

Questão 08

“Concluimos, portanto, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, mas não é um substituto para a sabedoria humana.” (24º§) A reescrita do trecho anterior mantém o mesmo sentido em:

- A) “Concluimos, no entanto, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, por isso não é um substituto para a sabedoria humana.”
- B) “Concluimos, com isso, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, logo não é um substituto para a sabedoria humana.”
- C) “Concluimos, além disso, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, embora não é um substituto para a sabedoria humana.”
- D) “Concluimos, diante disso, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, todavia, não é um substituto para a sabedoria humana.”

Questão 09

Observe a concordância nominal no trecho sublinhado em: “Na fronteira entre a revolução digital e a tradição jurídica, emerge uma questão fundamental: qual é o lugar da sensibilidade e da flexibilidade humanas na tomada de decisões judiciais?” (9º§) Assinale a alternativa cuja concordância nominal está correta.

- A) O gosto do homem era peculiar: apreciava filme e pintura italiano.
- B) Presenciamos desespero e angústia satisfatório durante o depoimento.
- C) As jovens preferem blusas rosas enquanto as senhoras gostam das neutras.
- D) Sensatez é necessário em relação ao uso da inteligência artificial nas questões jurídicas.

Questão 10

Sobre a flexão do verbo sublinhado em “Somente assim poderemos evitar o destino de Orfeu e caminhar em direção a um futuro onde a tecnologia e a humanidade coexistam em harmonia, promovendo uma justiça verdadeiramente justa e equitativa.” (24º§), assinale a alternativa correta.

- A) Presente do indicativo, pois expressa fato certo.
- B) Futuro do presente e indica uma ação que ainda acontecerá.
- C) Presente do subjuntivo e indica uma ação possível de acontecer.
- D) Futuro do subjuntivo, visto que indica uma ação que depende de outra para acontecer.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Questão 11

O conflito é caracterizado pelo uso do poder em situações de confronto, emergindo de disputas entre interesses contraditórios em choque. Ademais, o conflito é entendido como um processo contínuo, que demanda tempo para se desenvolver, não se restringindo a um evento pontual que ocorre e desaparece instantaneamente. A gestão do conflito, por sua vez, envolve a administração das divergências e possui diferentes estilos e técnicas.

(CHIAVENATO, I. *Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações*. 4 ed. São Paulo: Altas, 2022.)

Com base nos estilos de gestão de conflitos, considere o trecho a seguir: “O estilo de _____ é apropriado quando os objetivos de ambos os lados são igualmente importantes, os componentes têm igual poder e ambos os lados querem reduzir as diferenças, ou quando as pessoas precisam chegar a alguma solução temporária sem pressão de tempo.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) abstenção
- B) competição
- C) transigência
- D) acomodação

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 12

O federalismo brasileiro é cooperativo, visto que a divisão de competências não é rígida, havendo competências comuns e concorrentes entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(PALUDO, A. *Administração pública*. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.)

Considerando as competências de cada um dos entes da federação presentes na Constituição Federal de 1988, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Compete aos Municípios planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente secas e inundações.
- () É competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- () Compete aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- () Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência; e a proteção à infância e à juventude.
- () É competência dos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

A sequência correta está em

- A) V, V, F, V, F.
- B) V, F, V, F, V.
- C) F, V, F, V, V.
- D) F, F, V, F, F.

Questão 13

A gestão de projetos vem ganhando notoriedade ao longo dos anos, principalmente no setor público. O Guia PMBOK tem como objetivo formalizar diversos conceitos em gerenciamento de projetos e busca apresentar um conjunto de conhecimentos amplamente reconhecidos como boa prática, aplicáveis à maioria dos projetos na maior parte do tempo. Dentre os conhecimentos abordados, um dos principais elementos ao conduzir um projeto é o Termo de Abertura do Projeto, que tem como uma de suas entradas a Especificação do Trabalho do Projeto (ETP). Com base nos elementos que a ETP deve informar, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Descrição do escopo do produto, que documenta as características do produto, serviço ou resultados que o projeto deverá criar.
- B) Plano estratégico, que documenta a visão estratégica, as metas e os objetivos da organização e podem conter uma especificação de missão de alto nível.
- C) Plano de gerenciamento de riscos, que descreve como as atividades de gerenciamento dos riscos serão estruturadas e executadas para minimizar problemas na condução do projeto.
- D) Necessidade de negócios, que pode ser baseada numa demanda de mercado, avanço tecnológico, requisito legal, uma regulamentação governamental, ou uma consideração ambiental.

Questão 14

A comunicação é um processo de transmissão de informações de uma pessoa para outra; de um grupo para outro; de um órgão para outro etc. Para que haja eficiência na comunicação é fundamental que o destinatário da informação a receba e seja capaz de compreendê-la.

(PALUDO, A. *Administração pública*. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.)

Sobre a comunicação pública e governamental, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A comunicação pública compreende a comunicação praticada pelos entes públicos, através de canais oficiais e portais governamentais, envolvendo apenas o governo e seus órgãos, na garantia do interesse público.
- () No aspecto social, a comunicação pública busca aproximar setores diferentes da sociedade, conscientizar e educar a população sobre seus direitos e deveres, e sobre a importância de sua participação no meio público.
- () A gestão da comunicação governamental deve contemplar e priorizar tanto as informações de qualidade quanto a facilidade de acesso a essas informações.
- () A comunicação governamental é mais ampla do que a comunicação pública, envolvendo também a comunicação com entidades paraestatais e não governamentais, e a sociedade em geral.

A sequência correta está em

- A) V, V, F, V.
- B) V, F, F, F.
- C) F, V, V, F.
- D) F, F, V, V.

Questão 15

Antonela foi nomeada como servidora pública no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Em seu primeiro dia, durante o processo de socialização, seu superior recomendou que ela se familiarizasse com os princípios éticos e normas de conduta gerais aplicáveis aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Tendo em vista os elementos normativos relacionados aos princípios éticos e de conduta, assinale a afirmativa correta.

- A) O servidor poderá participar de atos que se contraponham ao interesse do Poder Judiciário, desde que não causem dano ou prejuízo financeiro ou moral à Instituição, garantindo o princípio da livre iniciativa.
- B) Recursos, bens patrimoniais, espaço e imagem do Poder Judiciário poderão, nos casos de garantia do interesse público e dos princípios da legalidade e eficiência, ser usados para atender a interesses sindicais.
- C) As pessoas devem ser informadas sobre a coleta e o processamento de seus dados pessoais para o desempenho das atividades institucionais, permitindo-lhes tomar decisões informadas e exercer seus direitos.
- D) É direito do servidor obter das unidades administrativas e judiciais informações precisas e corretas, até mesmo informações amparadas pelo sigilo, nos termos da lei e regulamentos aplicáveis, para o exercício regular de sua função.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Questão 16

A Balaiada foi um movimento que se estendeu por quase toda a província do Piauí, tanto no que se refere aos balaios quanto às forças da repressão, envolvendo quase a totalidade de seus municípios [...]. Os conflitos de terra primeiro ocorreram entre a população nativa e os sesmeiros, depois entre posseiros e sesmeiros. Em 1697 existiam mais de 100 fazendas de gado no Piauí e em 1762 elas superavam a 500, espalhadas por toda a capitania, margeando os principais rios e interior das matas, ocupados pelos rebeldes balaios, ou seja, vaqueiros, artesãos, lavradores, pequenos fazendeiros, escravos, índios, mestiços e caboclos. Os setores populares participaram da Balaiada no Piauí e se uniram aos balaios do Maranhão.

(Balaiada: a guerrilha sertaneja. DIAS, Claudete Maria Miranda. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, V.3, nº 2, p. 73-88, nov/1995 a jun/1996.)

Embora não propusesse mudanças estruturais da sociedade, o movimento da Balaiada ocorreu no Maranhão e no Piauí. Sobre esse movimento, assinale a afirmativa correta.

- A) As condições de vida da população piauiense eram melhores, enquanto no Maranhão, o estopim do movimento era a fome generalizada.
- B) Apesar das reivindicações serem idênticas, tanto no Piauí quanto no Maranhão só os maranhenses vieram a sofrer algum tipo de repressão.
- C) Embora a área geográfica das províncias tivesse as mesmas características, no caso do Piauí, pela ausência de rios, a insatisfação eram as secas.
- D) No movimento no Piauí a ditadura do Barão da Parnaíba era uma das principais causas, enquanto no Maranhão era o fato de os presidentes serem substituídos à revelia.

Questão 17

Possuidor de uma das menores rendas fiscais do país, faltava ao Maranhão um produto para o qual o setor econômico voltasse os olhos, como o algodão que outrora dera considerável impulso na economia maranhense. [...] basta lembrar aqui que aquela, nossa capital, que fora das primeiras cidades, em todo o país, a servir-se de iluminação a gás e de transporte urbano a tração animal, seria das últimas, dentre as nossas metrópoles estaduais e cidades maiores, a poder substituir esses serviços de utilidade pública, quando caíram em desuso, pelos de iluminação e tração elétricas.

(MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 2 ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.)

A modernização no Maranhão a partir do contexto anteriormente citado tem como sua mola propulsora:

- A) A cultura do café, que chegou a disputar com pequena margem de diferença, com a produção do oeste paulista.
- B) A revitalização das plantações de drogas do sertão, durante todo o tempo, o sustentáculo da economia do estado.
- C) O plantio e o beneficiamento da seringueira, aproveitando o surto industrial de substituição das importações pelo qual passava o país.
- D) Instalação de fábricas, sobretudo têxteis ou de fiação que chamaram a atenção da população do interior do estado para a capital (São Luís).

Questão 18

Na segunda metade do século XX, a economia maranhense mantinha suas características de inserção periférica na ordem capitalista vigente. Um dos principais motivos foi a estrutura fundiária, que era voltada para o estabelecimento de grandes latifúndios, típicos do processo oligárquico sedimentado no Maranhão. Neste contexto, estava a estrutura produtiva baseada na pequena lavoura desenvolvida por posseiros, através de culturas de subsistência, especialmente arroz, feijão, mandioca e milho. O babaçu também era uma atividade importante, sendo hoje considerado a terceira maior força produtiva do Maranhão, atrás da pecuária e da agricultura. Especificamente sobre o babaçu, assinale a afirmativa correta.

- A) Tinha sua produção e comercialização baseada, principalmente, na coleta e na quebra do coco de forma artesanal.
- B) Distribuía toda a sua produção para o autoconsumo, pois o uso desse produto não era conhecido nos demais lugares.
- C) Passou por intensa modernização no manejo de suas plantas produtoras de óleo de babaçu, impulsionada pelo financiamento estrangeiro.
- D) Foi desprezado pelo empresariado na época, que não soube aproveitar uma situação que lhe era favorável, e perdeu a vez para as grandes multinacionais.

Questão 19

Observe a representação a seguir de uma importante bacia hidrográfica maranhense:



(Disponível em: <https://www.nugeo.uema.br>. Acesso em: 10/05/2024.)

A respeito dessa importante bacia hidrográfica maranhense, é INCORRETO afirmar que:

- A) Esta bacia ocupa uma região de clima subúmido, com índices pluviométricos anuais que oscilam entre 1.400 a 1.650 mm.
- B) No seu baixo curso, são desenvolvidas atividades geoturísticas geradoras de emprego e renda para as populações locais.
- C) Na bacia são encontrados cultivos de mandioca, coco e caju; recentemente, observa-se a expansão da monocultura de soja.
- D) Esta bacia caracteriza-se pela forte presença de *inselbergs* e importantes cachoeiras, utilizadas para geração de hidreletricidade.

Questão 20

A expansão da cultura do eucalipto no Maranhão, especificamente na porção Amazônica, resulta de processos iniciados nos anos 1980 e representa um padrão de reprodução de capital fincado na economia de fronteira.

(OLIVEIRA; PAZ; PEREIRA, 2021, p. 219.)

A respeito da expansão a silvicultura no estado do Maranhão, é correto afirmar que:

- A) O eucalipto é uma espécie vegetal brasileira característica de áreas com clima quente e úmido, o que justifica o incentivo à sua rápida expansão na porção ocidental do estado do Maranhão.
- B) A queda da produção de ferro-gusa no Maranhão, a partir de meados da década de 2010, gerou uma redução expressiva da área plantada de eucalipto, especialmente na microrregião de Imperatriz.
- C) A partir da segunda metade do século XX, no Maranhão, a expansão da produção de *commodities*, em especial soja e eucalipto, se deu devido à migração de trabalhadores e camponeses sem terra.
- D) O carvão vegetal derivado do eucalipto é a principal fonte de energia para produção de ferro-gusa pelo setor minero-metalúrgico que se instalou nas cidades de São Luís, Açailândia e Pindaré-Mirim.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 21

Nos termos da Lei Complementar nº 14/1991, a qual dispõe sobre o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, pode-se afirmar que:

- A) As Comarcas, divididas em três entrâncias: inicial, intermediária e final, serão classificadas pelo Tribunal de Justiça, por maioria simples de seus membros.
- B) Na Comarca da Ilha de São Luís haverá uma Vara Agrária, com competência em todo o Estado, para dirimir conflitos fundiários que envolvam litígios coletivos.
- C) Nos casos de falta ou impedimento dos titulares da Comarca, sua competência será prorrogada, quanto a todos os feitos, ao juiz de direito designado pelo Presidente do Tribunal Justiça.
- D) A Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados será composta de dois magistrados de entrância final, os quais decidirão e assinarão, em conjunto, todos os atos judiciais decisórios de competência da unidade, inadmitida referência a voto divergente.

Questão 22

De acordo com o Estatuto do Servidor Público Estadual, Lei nº 6.107/1994, em relação às disposições sobre as hipóteses de afastamento e de concessão de licença remunerada, é correto afirmar que:

- A) Poderá ser autorizado o afastamento, de até duas horas diárias, à servidora mãe de excepcional, desde que devidamente comprovada esta condição.
- B) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção serão concedidos cento e cinquenta dias de licença remunerada, a partir da adoção ou concessão da guarda, independentemente da idade da criança.
- C) Considera-se como de efetivo exercício o afastamento em virtude de licença concedida para participação em competição desportiva nacional ou internacional ou convocação para integrar representação desportiva estadual ou nacional, conforme disposto em regulamento.
- D) Poderá ser autorizado o afastamento de até uma hora diária ao servidor que frequente curso regular de 1º e 2º graus ou de ensino superior, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o do órgão ou entidade, sem prejuízo do exercício do cargo.

Questão 23

A Lei nº 12.193/2023 dispõe sobre as custas judiciais incidentes sobre os serviços públicos de natureza forense. Com base nas disposições dessa Lei, e no que diz respeito às custas finais, assinale a afirmativa correta.

- A) Nos feitos que tramitaram com isenção, para efeito de custas finais, serão computadas as custas processuais, taxa judiciária, distribuição e uma diligência de oficial de justiça.
- B) Existindo custas processuais finais a recolher, de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00, o secretário judicial lançará os dados da dívida em sistema informatizado do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), providenciando a baixa e o arquivamento do processo.
- C) A leitura dos documentos será considerada automaticamente realizada se decorridos cinco dias sem a efetiva leitura, contados da data do envio do documento, não sendo possível alegar desconhecimento do conteúdo da comunicação enviada.
- D) Frustrada a cobrança administrativa, o Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) encaminhará a Certidão de Débito, com todos os requisitos exigidos pela legislação tributária à Secretaria de Estado da Fazenda para a devida inscrição na dívida ativa do Estado, acrescida atualização monetária, juros e multa de 30%.

Questão 24

De acordo com a Lei nº 12.193/2023, que trata das custas judiciais e serviços públicos de natureza forense, assinale a afirmativa correta.

- A) A competência para conhecer a reclamação contra servidor da Secretaria do Tribunal de Justiça é do Corregedor- Geral da Justiça do Tribunal.
- B) Registrada a reclamação como Pedido de Providências, será determinada a notificação do reclamado para, no prazo de quinze dias, apresentar sua defesa e as provas que julgar necessárias.
- C) Das decisões das reclamações e do processo administrativo disciplinar e da imposição de penas caberá recurso ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ).
- D) Registrada a reclamação contra cobrança de custas processuais indevidas ou excessivas, a decisão judicial será proferida no mesmo prazo de defesa. Não sendo decidido neste prazo, a parte poderá reclamar diretamente ao corregedor geral da Justiça.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 25

De acordo com a Lei nº 9.109/2009, que trata da regulamentação das custas judiciais e emolumentos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para o cálculo de emolumentos por atos praticados por notários e registradores que envolvam documentos cujo valor esteja expresso em produto agropecuário, converter-se-á o total do produto para moeda corrente nacional, obedecendo-se a cotação de mercado do dia da prática do ato.
- II. São isentos do pagamento de emolumentos os registros de títulos de domínio de imóveis rurais em processo de desapropriação para fins de reforma agrária.
- III. Para o cálculo de emolumentos por atos praticados por notários e registradores que envolvam documentos cujo valor esteja expresso em moeda estrangeira, converter-se-á o total em moeda corrente nacional, obedecido o câmbio de compra do dia do pagamento.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 26

Na forma regrada pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão (Resolução-GP nº 14, de 17 de fevereiro de 2021), e tendo em vista as alterações promovidas pela Resolução-GP nº 08, de 02 de fevereiro de 2023, é correto afirmar sobre o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, EXCETO:

- A) Tem competência originária para processar e julgar o vice-governador, nas infrações penais comuns.
- B) Será composto pelos dez desembargadores mais antigos no Tribunal e por dez desembargadores eleitos dentre os demais, observando-se que o presidente do Tribunal, o primeiro vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça serão membros natos do Órgão Especial.
- C) Tem como atribuição propor ao Poder Legislativo alteração do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado, bem como aumento ou diminuição do número de desembargadores e criação, alteração e extinção de comarcas, varas, juizados especiais, serventias extrajudiciais e cargos de juizes de direito e serventuários extrajudiciais.
- D) Reunir-se-á com, no mínimo, dez desembargadores, além do seu presidente, quando não exigido quórum qualificado para deliberação. Quando exigido quórum qualificado para deliberação, o Órgão Especial não se reunirá sem a presença de quinze desembargadores, incluídos os suplentes e excluído o presidente, verificando-se o quórum no início do julgamento e impedindo-se aos desembargadores presentes deixar o julgamento, salvo motivo de força maior.

Questão 27

Tendo em foco os Juizados Especiais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Ficam incluídas na competência das Turmas Recursais Cíveis e Criminais as demandas processadas e julgadas pelos juizes investidos na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, enquanto estes não forem criados e instalados.
- B) As atividades dos juizes leigos e conciliadores, exercidas voluntariamente por não servidores do Poder Judiciário, serão consideradas serviço público relevante, não importando em vínculo estatutário ou trabalhista com o Poder Judiciário, mas constituindo títulos em concurso para provimento de cargos do Poder Judiciário.
- C) Na execução serão cotadas custas, mas o seu pagamento ocorrerá apenas se reconhecida a litigância de má-fé, se julgados improcedentes os embargos do devedor ou se tratar de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso não provido do devedor, sendo que, nesta última hipótese, as custas devem integrar, desde o início, o cálculo do débito em execução.
- D) As causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo estão compreendidas na competência do Juizado Especial Cível para conciliação, processo e julgamento, sendo consideradas de menor complexidade. No entanto, a opção pelo procedimento da Lei Federal nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, importará renúncia ao crédito que exceder ao limite de quarenta vezes o salário mínimo, inclusive na hipótese de conciliação.

Questão 28

A remuneração dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão é composta pelo vencimento básico, acrescida das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecidas em lei. O Poder Judiciário disporá, por resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e anual da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ). Sobre a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e a Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ), é correto afirmar que:

- A) A Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) é composta de 30% sobre o vencimento do cargo efetivo.
- B) É vedada a concessão da Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) sem a prévia fixação de metas e a individualização do limite de servidores que a ela terão direito.
- C) A opção pela Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) implicará obrigatoriedade ao regime de trabalho telepresencial de sete horas diárias e à execução de atividades diferenciadas de suas funções.
- D) A Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) compõe-se de valor fixado por resolução do Tribunal de Justiça sobre percentual do vencimento base do cargo efetivo, pelo alcance de metas de produtividade fixadas pelo Tribunal de Justiça.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 29

Joyce logrou êxito na aprovação para o cargo efetivo de Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Considerando a nomeação, o compromisso, a posse e o exercício da servidora, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ela tomará posse em seu cargo dentro de trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação no Diário da Justiça, podendo esse prazo ser prorrogado, por mais trinta dias, pelo presidente do Tribunal.
- II. A servidora nomeada para o Tribunal de Justiça prestará compromisso e tomará posse perante o presidente do Tribunal de Justiça.
- III. Joyce, servidora efetiva, terá quinze dias improrrogáveis para o início do exercício, contados da publicação do ato de nomeação.
- IV. Não respeitados os prazos preconizados, a servidora será exonerada se após nomeada não tomar posse.
- V. Todos os direitos e deveres da servidora do Poder Judiciário só serão considerados a partir da data do exercício.

Considerando o Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I e V, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e V, apenas.

Questão 30

O regime disciplinar dos servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão engloba deveres, proibições, acumulação, responsabilidades e penalidades que funcionam como requisitos para o bom desempenho dos encargos e regula o funcionamento dos serviços públicos. De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão (Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1996), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os servidores do Poder Judiciário residirão, obrigatoriamente, nos municípios de suas lotações, salvo autorização do Tribunal de Justiça.
- B) Os servidores do Poder Judiciário estão sujeitos às seguintes penas disciplinares: advertência, repreensão, suspensão e demissão.
- C) Os servidores nomeados em comissão ou em exercício de função gratificada que sofrerem pena de suspensão superior a trinta dias serão demitidos de seu cargo ou destituídos de sua função.
- D) É vedado aos servidores do Poder Judiciário o exercício de suas funções em atos que envolvam interesses próprios ou de seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até quarto grau, inclusive nos casos de suspeição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 31

Windows Server é uma edição do sistema operacional criado pela *Microsoft*, direcionada para servidores, que disponibiliza uma ampla gama de recursos e funcionalidades voltadas para serviços de rede, tais como *Active Directory*, DNS, DHCP, dentre outros. Sobre o serviço de *Active Directory* no *Windows Server 2008 R2 Enterprise* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), trata-se de sua principal função dentro do ambiente corporativo:

- A) Criação de políticas de grupo.
- B) Gerenciamento centralizado dos recursos de rede.
- C) Instalação de *software* através do controlador de domínio.
- D) Acesso irrestrito aos computadores ingressados no domínio.

Questão 32

A política de grupo pode representar configurações de política localmente no sistema de arquivos ou nos serviços de domínio *Active Directory*. Quando usadas com o *Active Directory*, as configurações de política de grupo estão contidas em um GPO (Objeto de Política de Grupo). Um GPO é uma coleção virtual de configurações de política, permissões de segurança e SOM (escopo de gerenciamento), a qual é possível aplicar a usuários e computadores no *Active Directory*. Uma GPO tem um nome único, como um GUID. Os clientes avaliam as configurações de GPO usando a natureza hierárquica do *Active Directory*. A *Default Domain Policy* é uma GPO (Objeto de Política de Grupo) criada automaticamente quando um novo domínio é produzido no *Active Directory* em um ambiente com *Windows Server 2008 R2 Enterprise R2* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil). Sabe-se que ela inclui configurações padrão relacionadas à segurança. Sobre o comprimento mínimo de senhas, quantos caracteres são exigidos pela *Default Domain Policy* para a definição de senha aos usuários?

- A) 7.
- B) 8.
- C) 9.
- D) 12.

Questão 33

Em uma infraestrutura de TI corporativa, o serviço de *Active Directory* é empregado para centralizar a identidade de acesso às contas de usuário criadas. Essas contas seguem as diretrizes de segurança ditadas pela *Default Domain Policy* – uma política de grupo que contém configurações de segurança como políticas de senha e bloqueio de conta. O serviço de *Active Directory* foi instalado em um servidor com *Windows Server 2008 R2 Enterprise* e a *Default Domain Policy* e se manteve em sua configuração padrão. Sabe-se que uma conta de usuário denominada “*Bill Gates*” atingiu o tempo de vida máximo da senha. O usuário dessa conta utilizava a senha “*P@ssword*” para efetuar *logon*; porém, torna-se necessário alterar a senha no próximo *logon* a fim de prosseguir com o acesso. Qual das seguintes senhas poderá ser utilizada como a nova senha desse usuário, atendendo aos requisitos de complexidade de senha imposta pela *Default Domain Policy*?

- A) 19755791.
- B) *P@ssword*.
- C) *Gates*1975*.
- D) *Microsoft75*.

Questão 34

“Em um ambiente corporativo, determinado analista de sistemas possui um servidor com o Sistema Operacional *Windows Server 2008 R2 Enterprise* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil) dedicado exclusivamente ao serviço de *Active Directory*. Sabe-se que esse servidor desempenha várias funções essenciais, como autenticação de usuários, autorização, replicação de dados e distribuição de políticas de grupo. Nessa infraestrutura corporativa, tal servidor pode ser denominado _____, pois hospeda o serviço *Active Directory*.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) servidor de arquivo
- B) operador de domínio
- C) controlador de domínio
- D) autoridade controladora

Questão 35

O DHCP é um protocolo de rede empregado para atribuir dinamicamente endereços IP e outras configurações de rede para dispositivo em uma rede. Isso inclui informações como o endereço IP, máscara de sub-rede, *gateway* padrão e endereço do servidor de DNS. Considere que em um ambiente corporativo, um servidor com *SO Windows Server 2008 R2 Enterprise* possui serviço de DHCP instalado e configurado para fornecer endereços de IP dinamicamente para os demais dispositivos em rede. O recurso no qual são definidas as configurações do serviço de DHCP é:

- A) Escopo DHCP.
- B) *FailOver* DHCP.
- C) *Namespace* DHCP.
- D) Repliação DHCP.

Questão 36

Um ataque de força bruta é um método de *hacking* que utiliza tentativa e erro para quebrar senhas, credenciais de *login* e chaves de criptografia. Trata-se de uma tática simples, mas confiável, para obter acesso não autorizado a contas individuais e sistemas e redes de organizações. O *hacker* tenta vários nomes de usuário e senhas, muitas vezes usando um computador para testar uma ampla gama de combinações até encontrar as informações de *login* corretas. O nome “força bruta” vem de invasores que usam tentativas excessivamente forçadas para obter acesso a contas de usuário. Apesar de ser um método antigo de ataque cibernético, os ataques de força bruta são tentados e testados e continuam sendo uma tática popular com *hackers*.

(Disponível em: <https://www.fortinet.com/br/resources/cyberglossary/brute-force-attack>. Adaptado.)

Marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Limitar as tentativas de *login* com políticas de bloqueio de conta reduz a taxa de sucesso de um ataque de força bruta.
- () Implementar autenticação multifator (MFA) reduz a taxa de sucesso de um ataque de força bruta, pois, após o usuário fazer *login*, será necessário fornecer código validador enviado via SMS ou até mesmo leitura de impressão digital para validar se o usuário é quem diz ser.
- () É recomendado criar senhas robustas, com mais de 12 caracteres, atendendo aos requisitos de complexidade; e, para evitar o esquecimento, armazenar senhas em um documento de texto ou anotá-las em uma agenda pessoal é uma boa opção de segurança.

A sequência correta está em

- A) V, V, F.
- B) F, V, V.
- C) F, V, F.
- D) F, F, V.

Questão 37

A sigla DHCP significa *Dynamic Host Configuration Protocol* (Protocolo de Configuração Dinâmica de *Host*). Durante a sua utilização, o DHCP distribui endereços IP e outras configurações para os dispositivos que solicitam endereços ao servidor, automatizando, assim, o processo e simplificando a administração e o gerenciamento de redes. Considere uma rede corporativa com o serviço de DHCP instalado em um *Windows Server 2008 R2 Enterprise* (Idioma Português-Brasil). É possível definir que o IP atribuído para determinado dispositivo se mantém estático sem alteração dinâmica?

- A) Não, pois o serviço de DHCP já está configurado.
- B) Não, pois o serviço de DHCP atribui de forma dinâmica.
- C) Sim; porém, será necessário recriar o servidor para habilitar a função.
- D) Sim, adicionando o endereço IP do dispositivo na opção de reserva DHCP.

Questão 38

Em uma infraestrutura de TI corporativa é comum encontrar servidores com o *SO Windows Server 2008 R2 Enterprise* executando o serviço de compartilhamento de arquivos, que, para os demais usuários, é conhecido como “servidor de arquivo”. Esse recurso permite que os usuários armazenem, organizem e acessem arquivos e pastas de forma centralizada em uma rede local, fornecendo, assim, confidencialidade nos acessos através de permissões de compartilhamento e permissões NTFS fornecidas de acordo com a necessidade. O protocolo utilizado por esse servidor para realizar o compartilhamento de arquivos é:

- A) SSH (*Secure Shell*).
- B) SMB (*Server Message Block*).
- C) DNS (*Domain Name System*).
- D) LDAP (*Lightweight Directory Access Protocol*).

Questão 39

Em uma infraestrutura de TI corporativa, há um servidor com *Windows Server 2008 R2 Enterprise* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), contendo uma pasta compartilhada denominada “arquivos” e subpastas que fazem referência e pertencem aos demais setores dessa organização. O controle de acesso é feito através das permissões de compartilhamento e NTFS. Dessa forma, os colaboradores têm acesso somente às pastas que possuem permissão; no entanto, visualizam todas as demais pastas no servidor. Para trazer mais segurança e confidencialidade no acesso às pastas compartilhadas, foi ativado um recurso no servidor de arquivos que exibe apenas as pastas em que o usuário tem acesso, ocultando as demais. É possível inferir que o recurso ativado no servidor foi:

- A) Gerenciamento DFS.
- B) Armazenamento de provisão.
- C) Enumeração baseada em acesso.
- D) Centro de distribuição de chaves *Kerberos* – PCR.

Questão 40

VPN significa *Virtual Private Network* (Rede Privada Virtual) e descreve a oportunidade de estabelecer uma conexão de rede protegida ao usar redes públicas. As VPNs criptografam seu tráfego de *internet* e disfarçam sua identidade *online*, sendo que essa *criptografia* ocorre em tempo real. Isso torna mais difícil para terceiros rastrear suas atividades *online* e roubar seus dados.

(Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/definitions/what-is-a-vpn> . Adaptado.)

NÃO está relacionada ao contexto de VPN:

- A) IKE.
- B) IPSec.
- C) *Diffie-Hellman*.
- D) DoD 5220.22-M.

Questão 41

No *Microsoft Windows Server 2012*, todos os administradores do sistema possuem determinados níveis de privilégios, que são usados para a realização de tarefas de gerenciamento do *Group Policy* ou Diretivas de Grupo. Através disso, podem ser concedidas permissões a determinadas pessoas para que possam realizar tarefas no sistema. “Lista os usuários e grupos que podem determinar o *RSoP (Resultant Set of Policy)* para fins de planejamento”. A afirmativa se trata de:

- A) *Link GPOs*.
- B) *Perform Group Policy Results Data*.
- C) *Perform Group Policy Modeling Analyses*.
- D) *Process Even If The Group Policy Objects Have Not Changed*.

Questão 42

O *Microsoft Windows Server 2012* suporta a Interface de Energia e Configuração Avançada 5.0, ou *ACPI (Advanced Configuration and Power Interface)*. A *ACPI* é utilizada pelo *Windows* no controle das transições de estado de energia dos dispositivos e do sistema. O estado dos dispositivos é alternado entre ativo com energia plena, com pouca energia e desligado, para que, dessa forma, o consumo de energia seja reduzido. Seu plano de energia ativo padrão é chamado de *Balanced (Equilibrado)*. A *ACPI* define dois modos de resfriamento; assinale-os.

- A) Ativo e Passivo.
- B) Núcleo e Lógico.
- C) *P-states* e *C-states*.
- D) Compressão rápida e expansão de ar.

Questão 43

Acerca do *Active Directory*, no *Microsoft Windows Server 2012*, diversas ferramentas permitem o gerenciamento a partir da linha de comando. Uma dessas ferramentas “permite que seja preparado manualmente uma floresta ou domínio do *Windows* para a instalação de controladores de domínio do *Windows (DCs)*”. Tal ferramenta é denominada:

- A) *Dsget*.
- B) *Dsacls*.
- C) *Adprep*.
- D) *Ntdsutil*.

Questão 44

“Considerando algumas das técnicas de encriptação clássicas, a mais conhecida – e uma das mais simples – cifras poli-alfabéticas é _____. Nesse esquema, o conjunto de regras de substituição mono alfabéticas consiste nas 26 cifras de César, com deslocamentos de 0 a 25. Cada cifra é indicada por uma letra da chave, que é a letra do texto cifrado que substitui a letra do texto claro.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) *Hill*
- B) *Gilbert*
- C) *Vernam*
- D) *Vigenère*

Questão 45

O *SMTP (Simple Mail Transfer Protocol – Protocolo de Transferência de Correio Simples)* é um protocolo da camada de aplicação, do modelo de rede em camadas, tanto o Modelo OSI quanto o modelo TCP/IP. É o protocolo padrão para o envio de *e-mails* pela *Internet*. Utiliza a porta 25 numa conexão TCP (*Transmission Control Protocol – Protocolo de Controle de Transmissão*). O *SMTP* pode usar algumas extensões, que auxiliam na resolução de problemas relacionados ao processamento de mensagens. Uma dessas extensões é chamada *CHUNKING*. Assinale a afirmativa que apresenta corretamente a descrição dessa extensão.

- A) Passar para transporte seguro.
- B) Servidor aceita mensagens binárias.
- C) Servidor aceita mensagens grandes em pedaços.
- D) Verificar tamanho da mensagem antes de tentar enviar.

Questão 46

Sobre as técnicas clássicas de encriptação, muitas “envolvem a substituição de um símbolo de texto cifrado por um de texto claro”. A técnica apresentada como cifra de transposição é obtida ao realizar-se algum tipo de permutação nas letras do texto claro. Uma das cifras mais simples é a em que o “texto claro é escrito como uma sequência de diagonais, sendo lida posteriormente como uma sequência de linhas”. Trata-se da cifra:

- A) De fluxo
- B) De bloco.
- C) De *Playfair*.
- D) Cerca de trilho.

Questão 47

O DNS (*Domain Name System* – Sistema de Nomes de Domínio) é o protocolo da camada de aplicação responsável pela tradução dos nomes de domínios em endereços IP (*Internet Protocol* – Protocolo de *Internet*) e vice-versa. Os Registros de Recursos – *Resource Records*, contém os dados associados aos nomes de domínios. Existem vários Registros de Recursos, dentre os quais um indica um mapeamento de nome para endereço IPv6; assinale-o.

- A) MX
- B) NS
- C) AAAA
- D) CNAME

Questão 48

O Protocolo de *Internet* versão 6 – IPv6 (*Internet Protocol version 6*), é a nova versão do Protocolo de *Internet* – IP (*Internet Protocol*). Devido à falta de endereços disponíveis na *Internet*, esse protocolo foi desenvolvido para inserção de novos usuários, com algumas vantagens em relação ao antecessor. O cabeçalho do IPv6 possui 128 bits, permitindo o endereçamento de 340 undecilhões de nós públicos da *Internet*. Tal número supera consideravelmente os atuais 4 bilhões e 294 milhões e 967 mil e 296 endereços IPv4. No IPv6, os endereços estão associados a três tipos de comunicação. Assinale o INCORRETO.

- A) *Unicast*.
- B) *Anycast*.
- C) *Multicast*.
- D) *Broadcast*.

Questão 49

O protocolo ICMPv6 (*Internet Control Message Protocol for IPv6* – Protocolo de Controle de Mensagens de *Internet* versão 6) é a base de operação por trás do “ping”, o *software* utilizado para diagnóstico de problemas na rede e relato dos mais diversos erros encontrados no processamento dos pacotes, seja por não haver alcançabilidade, por necessidade de fragmentação, por má formação dos pacotes ou vários outros motivos. Mensagens de erro do ICMPv6 possuem tipo, grupo, código, bem como a descrição de cada uma. Sobre o Tipo 1, destino inalcançável, seus códigos vão de 0 (zero) a 6 (seis).

(BRITO, Samuel H. B. – IPv6: o novo protocolo da Internet. São Paulo: Novatec Editora Ltda., 2013 – Nov/2015. Segunda reimpressão. Pág. 76.)

É possível inferir que a descrição correta do código 5 (cinco) é:

- A) Porta inalcançável.
- B) Falha na política de ingresso/egresso.
- C) Além do escopo do endereço da origem.
- D) Comunicação com destino administrativamente proibida.

Questão 50

Segurança do Protocolo de *Internet* ou IPSEC – *Internet Protocol Security*, é um conjunto de protocolos da camada de rede empregado para proteger os dados transmitidos pela *Internet* ou em qualquer rede pública e trabalha em dois modos: modo túnel e modo de transporte, sendo baseado em dois cabeçalhos: AH (*Authentication Header*) e ESP (*Encapsulated Security Payload*). Sobre o assunto em tela, assinale a afirmativa correta.

- A) ESP provê autenticação e integridade entre os pacotes.
- B) O modo transporte é usado para proteger a conexão entre apenas duas máquinas.
- C) AH adiciona confidencialidade por meio de criptografia dos dados a serem enviados.
- D) O modo túnel deve ser configurado entre roteadores na rede, protegendo, assim, todo o tráfego entre as redes.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 1 (uma) questão discursiva sobre o tema específico da área respectiva do cargo. Será avaliada em 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas para cada resposta. Será penalizado o candidato ou candidata que não obedecer aos limites de número de linhas definidos no subitem 13.7.1 do Edital, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	21 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: pertinência e exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	9 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,5 ponto, até o limite de 9 pontos. 2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos. 3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão pretende implementar uma política de segurança da informação. Para isso, considera a ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, que versa sobre: tecnologia da informação – técnicas de segurança – sistemas de gestão da segurança da informação – requisitos. Considere o 1º§ da referida norma: “esta Norma especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto da organização. Também inclui requisitos para a avaliação e o tratamento de riscos de segurança da informação voltados para as necessidades da organização”. Portanto, a referida lei faz menção a riscos de segurança da informação. Sabe-se que, na atualidade, os serviços via *Internet* têm adiantado muito a vida do cidadão e a Justiça, tem se valido dessa prática, de uma forma eficaz, tornando as questões processuais mais ágeis, salvo algumas exceções, a depender do tipo de processo e sobre o que está se tratando. Dessa forma, nesse contexto, cabe à alta direção estabelecer uma política de segurança que leve em conta diversos fatores, assim como a própria política de segurança da informação deve conter o básico para sua eficiência.

Discorra contemplando os seguintes questionamentos:

- A) Cite, no mínimo, dois critérios que devem estar contidos em uma política de segurança da informação estabelecida pela alta direção.**
- B) Quais são os três tópicos que devem estar descritos na política de segurança da informação?**
- C) Em relação aos riscos e oportunidades, de maneira geral, quais são as ações que devem estar contempladas?**
- D) Sobre os itens de definição e aplicação de um processo de avaliação de riscos de segurança da informação, cite, no mínimo, dois critérios que devem estar contemplados.**

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha; 1 (uma) dissertação para todas as especialidades do cargo de Técnico Judiciário; e, 1 (uma) questão discursiva envolvendo estudo de caso, para todas as especialidades do cargo Analista Judiciário e para o cargo de Oficial de Justiça.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- Para interposição de recursos o candidato ou candidata deverá acessar o sítio eletrônico do Instituto Consulplan www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao objeto do recurso, que será disponibilizado no prazo previsto no subitem 16.2, e inserir as informações solicitadas.